



SUMÁRIO

ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO

FASE 7 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

AÇÃO 1 – FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO2

1.1 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS 2

1.1.1 - Sistemática de avaliação para os aspectos econômicos e sociais 3

1.1.2 - Sistemática de avaliação para os aspectos técnicos, físicos e financeiros..... 4

1.1.2.1 - Universalização dos serviços de saneamento básico (usb) 5

1.1.2.2 - Frequência de análise da qualidade da água (fqa)..... 5

1.1.2.3 - Qualidade físico-química e microbiológica da água distribuída (qad) 5

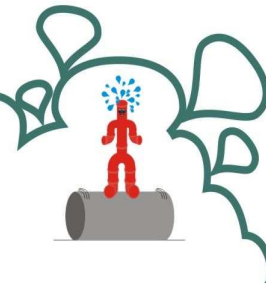
1.1.2.4 - Eficiência dos processos finalísticos (epf) 6

1.1.2.5 - Responsabilidade socioambiental (rsa) 6

1.1.2.6 - Atenção básica a saúde (abs)..... 7

1.1.2.7 - Expansão da estrutura física (EEF) 7

1.1.2.8 - Investimentos na estrutura física (IEF) 8



ETAPA 4 – INSTITUCIONALIZAÇÃO

FASE 7 – MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

AÇÃO 1 – FORMULAÇÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

1.1 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS

A lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007 instituiu conceitos e princípios para o controle da prestação de serviços público, atribuídos a uma entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços de saneamento básico municipal.

Os serviços de saneamento básico são prestados por meio do emprego de técnicas de engenharia adquiridas no ensino superior e atribuídas por conselho profissional de classe, cujo exercício está submetido a regulamentação profissional instituída em lei.

Ademais, os serviços de saneamento básico são prestados com fundamentação técnica e científica definidas por parâmetros legais a serem adotados na engenharia, além do direito de construir provido do Código Civil Brasileiro. Por conseguinte, cabem à entidade reguladora regida na Lei 11.445/07, a regulação e fiscalização dos aspectos sócio-econômicos envolvidos na prestação dos serviços públicos essenciais de saneamento, exceto as funções técnico-profissionais da área.

O exercício da função de regulação atenderá aos princípios de independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora embasadas pela transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

São objetivos da regulação:



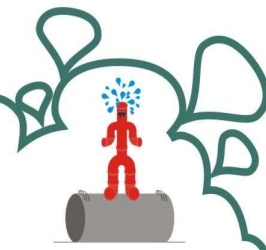
- estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços de saneamento e para a satisfação dos usuários;
- garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- definir taxas e/ou tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos quanto a modicidade dos preços, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

1.1.1 - Sistemática de avaliação para os aspectos econômicos e sociais

Quanto aos aspectos econômicos e sociais, os serviços públicos de saneamento básico, quando prestados terão a sustentabilidade assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

A instituição dos preços públicos e taxas para os serviços públicos observará as seguintes diretrizes:

- prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

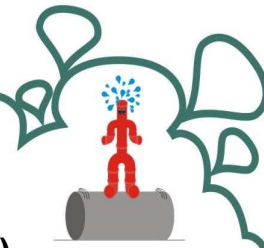


- inibição de obras supérfluas e do desperdício de recursos;
- recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços.

1.1.2 - Sistemática de avaliação para os aspectos técnicos, físicos e financeiros

Cabe ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e ao Controle Social a avaliação dos aspectos técnicos, físicos e financeiros. Eles devem atender a requisitos mínimos de qualidade, regularidade, continuidade e estrutura (metas de expansão e de investimentos) relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas. Os indicadores propostos para avaliar tais requisitos devem ser revistos a cada revisão plurianual do Plano Municipal de Saneamento Básico, segundo as dimensões de saneamento básico prestadas no limite geográfico do município. Inicialmente, propõem-se gerenciar os serviços em aspectos compostos por indicadores de desempenho¹ específicos, apresentados a seguir:

¹ Os indicadores propostos acompanhados da sigla SNIS são provenientes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, são gerenciados pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e são de domínio público. Os demais indicadores devem ser solicitados anualmente aos titulares dos respectivos prestadores dos serviços.



1.1.2.1 - Universalização dos serviços de saneamento básico (usb)

Objetivo: atender aos princípios de universalização do acesso e integralidade dos serviços de saneamento básico.

Indicadores de avaliação:

1. Índice de atendimento urbano de água (SNIS)
2. Índice de atendimento total de água (SNIS)
3. Índice de atendimento urbano de esgoto sanitário (SNIS)
4. Índice de atendimento urbano de coleta de resíduos sólidos
5. Índice de atendimento urbano de coleta de águas pluviais

1.1.2.2 - Frequência de análise da qualidade da água (fqa)

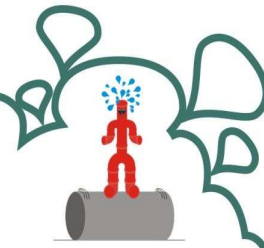
Objetivo: atender aos padrões de potabilidade do Ministério da Saúde no aspecto de frequência de análise da água produzida na Estação de Tratamento de Água (ETA) e da água distribuída em rede (Rede).

Indicadores de avaliação:

1. Índice de conformidade da quantidade de amostras para aferição da qualidade água tratada (ETA)
2. Incidência das análises de aferição da qualidade da água tratada fora de padrão (ETA)
3. Índice de conformidade da quantidade de amostras para aferição da qualidade da água distribuída (Rede)
4. Incidência das análises de aferição da qualidade da água distribuída fora de padrão (Rede)

1.1.2.3 - Qualidade físico-química e microbiológica da água distribuída (qad)

Objetivo: demonstrar a qualidade físico-química e microbiológica da água produzida e distribuída ao usuário do sistema de abastecimento em pontos de coleta pré-determinados.



Indicadores de avaliação:

1. Incidência das análises de cloro residual fora do padrão (SNIS)
2. Incidência das análises de turbidez fora do padrão (SNIS)
3. Incidência das análises de coliformes totais fora do padrão (SNIS)

1.1.2.4 - Eficiência dos processos finalísticos (epf)

Objetivo: demonstrar a eficiência dos processos relacionados à disponibilidade dos serviços aos clientes;

Indicadores de avaliação:

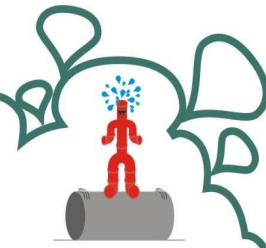
1. Continuidade no abastecimento de água
2. Índice de hidrometração (SNIS)
3. Indicador de perdas totais de água por ligação (SNIS)
4. Índice de tratamento do esgoto gerado (SNIS)
5. Incidência de extravasamentos de esgotos sanitários (SNIS)
6. Remoção de carga poluente do esgoto recebido na estação de tratamento
7. Tempo médio de execução dos serviços de água e esgoto (SNIS)

1.1.2.5 - Responsabilidade socioambiental (rsa)

Objetivo: demonstrar a responsabilidade socioambiental perante aos aspectos potenciais causadores de impactos ambientais e sociais advindos das instalações e processos dos prestadores dos serviços de saneamento básico;

Indicadores de avaliação:

1. Índice de tratamento do resíduo gerado nos processos de tratamento da água (lodo da ETA)
2. Índice de tratamento do resíduo gerado nos processos de fornecimento de água tratada (esgoto produzido em ligações ativas de água)
3. Índice de tratamento do resíduo gerado no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (chorume)
4. Eficiência no tratamento do esgoto gerado na ETE
5. Eficiência no tratamento do lodo gerado da ETA



6. Eficiência no tratamento do chorume (Aterro)

1.1.2.6 - Atenção básica a saúde (abs)

Objetivo: diminuir a incidência patológica na população em nível de atenção básica a saúde oriunda da falta de saneamento básico.

Indicadores de avaliação:

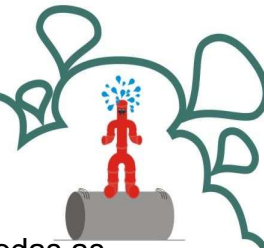
1. Taxa de mortalidade infantil;
2. Índice de internações por diarreia em crianças menores de 5 anos
3. Taxa de óbitos por diarreia em crianças menores de 5 anos

1.1.2.7 - Expansão da estrutura física (EEF)

Objetivo: monitorar as metas de expansão da estrutura física propostas no Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Matriz de Monitoramento.

Indicadores de avaliação:

1. Ampliação da Adutora do RAP 008 (Rede de PVC Rígido DEFOFO JE DN 100 e 602m de comprimento)
2. Reforma de Elevatória EAT 008 (Troca de Quadro de Comando, Conjunto Motor Bomba e Edificação)
3. Construção de Reservatório do tipo apoiado com capacidade mínima de 300m³ de capacidade de armazenamento para atender o setor 008 e a ampliação para o Distrito Industrial e Loteamento Suzana
4. Instalação de Adutora para abastecer o Distrito Industrial e Loteamento Suzana (Rede de PVC Rígido DEFOFO JE DN 75 e 677m de comprimento)
5. Construção de Elevatória para atender o Distrito Industrial e Loteamento Suzana
6. Construção de Reservatório do tipo apoiado com capacidade mínima de 100m³ de capacidade de armazenamento para atender o Distrito Industrial e Loteamento Suzana
7. Instalação de Redes de Abastecimento para atender o Distrito Industrial e Loteamento Suzana



8. Ampliação do atendimento nas comunidades rurais (atender a todas as comunidades instituídas)
9. Instalação de redes coletoras de esgoto para atender déficit atual de 12 km mais o crescimento vegetativo estimado em 2.08% a/a
10. Instalação de duas Elevatórias para atender a região de expansão

1.1.2.8 - Investimentos na estrutura física (IEF)

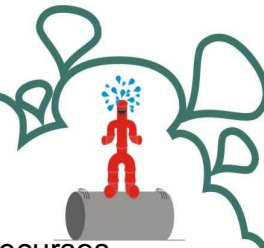
Objetivo: monitorar as metas de investimentos propostas no Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Matriz de Monitoramento.

Indicadores de avaliação:

1. Investimentos em infraestrutura de abastecimento de água potável com recursos próprios do SIMAE – R\$ 183.000,00 até dez/2010
2. Investimentos em infraestrutura de abastecimento de água potável com recursos externos – R\$ 300.000,00 até dez/2010
3. Investimentos em infraestrutura de abastecimento de água potável com recursos próprios do SIMAE – R\$ 132.000,00 até dez/2011
4. Investimentos em infraestrutura de abastecimento de água potável com recursos externos – R\$ 300.000,00 até dez/2011
5. Investimentos na ampliação do sistema de abastecimento de água potável nas comunidades rurais com recursos próprios da Prefeitura Municipal e/ou externos – R\$ 300.000,00 até dez/2020
6. Investimentos em manutenção da infraestrutura de abastecimento de água potável com recursos próprios do SIMAE – R\$ 575.807,00 até dez/2030 (R\$ 28.790,00 anuais)
7. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2010: SIMAE – R\$ 36.981,00, externos – R\$ 128.869,00
8. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2011: SIMAE – R\$ 37.750



9. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2012: SIMAE – R\$ 126.912,00, externos – R\$ 151.805,00
10. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2013: SIMAE – R\$ 47.107,00
11. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2014: SIMAE – R\$ 50.193,00, externos – R\$ 186.655,00
12. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2015: SIMAE – R\$ 51.237,00
13. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2016: SIMAE – R\$ 57.534,00, externos – R\$ 228.625,00
14. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2017: SIMAE – R\$ 64.069,00, externos – R\$ 253.447,00
15. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2018: SIMAE – R\$ 70.852,00, externos – R\$ 280.920,00
16. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2019: SIMAE – R\$ 77.889,00, externos – R\$ 311.283,00
17. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2020: SIMAE – R\$ 85.189,00, externos – R\$ 406.794,00
18. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2021: SIMAE – R\$ 92.758,00, externos – R\$ 351.737,00
19. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2022: SIMAE – R\$ 94.687,00
20. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2023: SIMAE – R\$ 96.657,00
21. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2024: SIMAE – R\$ 98.667,00
22. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2025: SIMAE – R\$ 100.720,00
23. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2026: SIMAE – R\$ 115.666,00, externos – R\$ 1.200.216,00



24. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2027: SIMAE – R\$ 118.072,00
25. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2028: SIMAE – R\$ 120.528,00
26. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2029: SIMAE – R\$ 123.035,00
27. Investimentos em infraestrutura de esgotamento sanitário com recursos próprios até dez/2030: SIMAE – R\$ 125.580,00

O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais e municipais, assegurado a representação dos titulares dos serviços de saneamento básico; de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico; dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico; dos usuários de serviços de saneamento básico; e de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico. Estas funções e competências poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis de criação.